



Novos contextos de ATER e desafios para o ensino da extensão rural agroecológica em ciências agrárias e criação da “Pluriversidade”.

New contextes of Rural Technical Assistance and challenges for the teaching of rural extension in agrarian sciences changing the University into “Pluriversity”

MATTOS, Luis Cláudio¹

¹ Diaconia, lcmattos@outlook.com

Eixo temático: Educação Formal em Agroecologia

Resumo: Esse texto oferece uma contribuição teórica para a reconfiguração do ensino de extensão rural com foco na agroecologia. O caráter polissêmico que o termo extensão rural tem assumido ao longo da história, permite diferentes enfoques. O que se quer aqui uma extensão rural em bases agroecológicas que tenha conexão com a realidade da população rural e os povos e comunidades tradicionais. Isso traz repercussões para as universidades em geral que se transformam gradativamente em “pluriversidades”.

Palavras-chave: agroecologia; ensino agrícola; assistência técnica rural.

Keywords: agroecology; agrarian schools; rural technical assistance.

Introdução: Trajetória da Extensão Rural - contexto histórico

A compreensão sobre a evolução histórica do conceito de extensão rural tornou-se um elemento central para prever a sua aplicabilidade e adequação as mais diversas situações no campo. Muitos autores têm se dedicado a descrever criticamente a evolução do conceito e dos sentidos da extensão rural e pesquisa no Brasil.

Os diferentes autores se revezam em dizer que os serviços de extensão, ao longo da história mudaram de orientação para refletir as mudanças paradigmáticas na sociedade e na economia rural. Ainda assim, por vezes, esses mesmos serviços estiveram à mercê das alterações políticas vividas no país.

A extensão rural começou a evoluir no Brasil a partir da segunda metade do século XIX. Foi construída tomando-se como referência os padrões americanos dos Land Grant Colleges (CALLOU, 2006). O enfoque era fortemente relacionado ao ensino mas já moderadamente influenciado pelo nascente paradigma da modernidade - vapor e eletricidade - para fazer frente ao atraso em lidar com “forças brutas da natureza”. (AMARAL, 1958, p. 261). Havia, portanto já em sua origem uma tendência a desenvolver uma ação de educação e transferência de conhecimento agrícola e de economia doméstica aos agricultores e seus familiares, ainda que inicialmente sem algum tipo de vínculo com modalidades de crédito (CALLOU, 2006). Outra motivação era o de prover algum tipo de assistência a setores sociais rurais, considerados carentes, e que, portanto, requeriam algum tipo de resposta ou tutela do estado.

Outro elemento norteador dos serviços de extensão no Brasil foi estabelecido nas missões do cruzador José Bonifácio, liderados pelo Comandante Frederico Villar,



entre 1919 e 1924, que tinham por objetivo organizar e treinar colônias de pescadores ao longo da costa brasileira. Este modelo representou um misto de assistência técnica e assistencialismo de estado, com um outro componente agregado, militar, onde estava subjacente a ideia de segurança nacional na costa brasileira (CALLOU, 2006). A extensão rural foi ganhando outros significados (CALLOU, 2006), oscilando, contudo entre dois grandes movimentos:

- (i) Por um lado o impulso a uma modernidade abstrata, produtivista
- (ii) Por outro uma tendência a tutela social por razões humanistas.

Há consenso, contudo, na literatura sobre o tema que, em ambos os vieses acima a extensão rural guardou elementos autoritários tanto no discurso quanto na prática.

É de fato Paulo Freire o primeiro grande pensador a se opor aos modelos de extensão à sua época (CAPORAL, 1998). Ainda na década de 1960, Freire (1983) foi o primeiro a formular uma crítica ao processo de extensão rural e seu caráter supostamente educativo, relacionando a assistência técnica aos objetivos de resolução de problemas (SILVA-MANZON, 2016; CAPORAL, 1998).

É preciso considerar que ao longo do século XX o Brasil passou por inúmeras transições políticas, desde o pluralismo de elite, com viés oligárquico e rural da velha república, até auspícios mais democráticos, notadamente nos anos 1950 e início dos anos 1960, e no período da nova república a partir dos anos de 1980. Com isso a extensão rural, sendo uma atividade de forte caráter transformador na sociedade, foi também terreno para disputas de significados (ARAÚJO, 2003).

O que se viu ao longo dos anos foi um atrelamento da extensão rural persuasiva ao projeto de afirmação do capitalismo industrial no campo, chamado de Revolução Verde. Esse atrelamento fez com que, pouco a pouco, as indústrias, temendo a concorrência montassem seus próprios serviços, que agora assumiam mais explicitamente o caráter de propaganda. Foi dessa forma serviços de extensão pública passaram a ser severamente atacados, seja por se tornarem irrelevantes diante dos serviços privados oferecidos pela indústria, seja por seu impacto insuficiente ou ineficaz na promoção da equidade (RIVERA e CARY, 1998) e no Brasil não foi diferente.

Foram as ONGs que, a partir dos anos 1980, passaram a construir um referencial teórico e prático para a extensão rural em alternativa a revolução verde. Com o processo de redemocratização em curso nesses anos, criaram-se as condições mais favoráveis a uma crítica qualificada das políticas vigentes para a extensão rural e sua vinculação ao modelo de desenvolvimento no campo, cujos efeitos eram simultaneamente geradores de pobreza, exclusão social, degradação ambiental e dependência econômica da agricultura, especialmente a agricultura familiar. A percepção era de que não seria possível desagregar as questões sociais e agrárias das discussões acerca do modelo de agricultura e seus impactos sobre o meio ambiente (ALMEIDA, 1985).



Nos anos 1990, a refundação da extensão rural surge aliada a noção de desenvolvimento local, cuja função era promover a “concertação” dos territórios, de tal modo a enfrentar problemas de exclusão social gerados pelas contradições entre a globalização e a realidade rural (CALLOU, 2006).

As organizações e movimentos sociais, diante da desmobilização do setor público, passam a reivindicar a recuperação das institucionalidades necessárias para enfrentamento da pobreza rural. Em 1993 segmentos da sociedade ocuparam a SUDENE e estabeleceram uma pauta de reivindicação de ações permanentes, inclusive a de reestruturação da extensão rural voltada ao desenvolvimento sustentável (FÓRUM NORDESTE, 1993, p. 37), tais como: educação contextualizada; Recuperação e modernização das escolas agrícolas, com incorporação dos métodos educacionais populares; Intercâmbio entre o saber científico e o saber popular; ampliação das experiências do agricultor atuando como extensionista e pesquisador; capacitação de técnicos, professores e agricultores para o enfoque agroecológico, entre outros.

Momento atual da extensão rural frente a realidade no mundo rural

Passados os anos de consolidação democrática, desde a promulgação da Constituição de 1988, vários foram os momentos, encontros e oportunidades que permitiram a aproximação entre as diversas organizações relacionadas a Extensão Rural e Pesqueira, sejam oriundas de movimentos sociais, organizações da sociedade civil, governos dos três níveis de governança, instituições de pesquisa ensino e extensão, em especial as Universidades.

Algumas organizações que atuam na extensão rural do Brasil têm conseguido expressar esses significados e desenvolvido instrumentos de extensão a partir da base. Essas organizações, com forte atuação no Nordeste brasileiro, e em particular no Estado de Pernambuco, tem mantido uma estratégia articulada de ação em redes como a Articulação do Semiárido (ASA), Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), Rede ATER, e Rede-ATER/NE, e GT Mulheres da ANA, articulações estaduais, etc. Uma experiência metodológica referencial de grande impacto e sucesso são as Cadernetas Agroecológicas para mobilização de mulheres e superação da invisibilidade de seu papel na construção da agroecologia. Trata-se de uma ferramenta desenvolvida coletivamente entre as próprias mulheres e voltada para a auto-sistematização das suas experiências (CARDOSO, JALIL, *et al.*, 2019; ALVES, ALVARENGA, *et al.*, 2018). Outro caso relevante é a experiência “Campesino a Campesino” nascida na Guatemala, baseada na tradição oral de comunicação no campo, em que camponeses se encontram para refletir sobre suas práticas e modos de vida, e a preservação ambiental (HOLT-GIMENEZ, 2008). Essa metodologia tornou-se base de quase todos os projetos de extensão das entidades da ASA, servindo de referencial para as chamadas públicas de ATER. A ausência de referenciais específicos sobre as experiências das mulheres no trabalho de Holt-Gimenez, impulsionou no Brasil, uma sistematização de experiências vivenciadas pelas mulheres em várias localidades rurais, especialmente no Nordeste (ACTIONAID BRASIL/GT MULHERES DA ANA (ORG), 2010). Na Paraíba a discussão sobre o



patrimônio genético das sementes e a busca sobre o resgate das sementes tradicionais crioulas, levou a constituição de uma grande mobilização em torno das sementes da paixão. Esse trabalho com a constituição de Bancos de Semente Comunitários (BSC) (PAULINO e GOMES, 2015). Há forte liderança das mulheres nessa iniciativa, que guarda a identidade camponesa, e a opção pela tradição não representa uma oposição à modernidade e nem a ciência, mas um modo de desenvolvimento e aplicação de saberes distintos da racionalidade padrão. Em outras palavras, uma outra modalidade de modernidade.

Os exemplos de práticas e experiências concretas são quase incontáveis, e oferecem terreno fértil para se pensar em estratégias de extensão rural e de relações dialógicas para os/as profissionais de ATER.

Este foi um dos elementos norteadores do processo de construção da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (MDA/SDT/GT-ATER, 2004). Contudo, a experiência da aplicação da PNATER tem, a despeito de seus avanços, encontrado algumas dificuldades na implementação dado que inúmeras instituições de ensino e pesquisa ainda trabalham com concepções antigas para a extensão rural e pesqueira, incompatíveis com os seus princípios norteadores (CAPORAL, 2005).

Desafios do contexto rural a se considerar

O Brasil Rural de hoje requer que se visibilizem os protagonismos de mulheres e jovens, para além da tradição de tratar as questões através dos homens, chefes de família (FERREIRA, 2016). Não basta mencionar a agricultura familiar, se a ideia subjacente seja a de uma família monolítica, como se a repartição do trabalho e dos seus benefícios fossem naturalmente igualitários e justos (NOBRE, 1998).

Além disso, quebrou-se o paradigma de uma ruralidade atrasada, desprovidas de conhecimento, e um meio rural em processo de despovoamento, provedor de mão de obra para setores mais “dinâmicos” da economia.

Um elemento importante a se considerar é o reconhecimento de povos e comunidades tradicionais. Para esses públicos, há inúmeras particularidades relativos as culturas, tradições ancestrais e regimes de ocupação das terras e organização social. Suas realidades tem sido historicamente invisibilizadas. Há desafios quanto a mecanismos de comunicação capazes de revelar suas contribuições ao desenvolvimento rural e gestão territorial. O trabalho junto a povos e comunidades tradicionais requer por vezes metodologias específicas, que promovam o auto-desenvolvimento, mas com preservação das tradições ancestrais (FIGUEIREDO, 2017).

Todos os elementos comentados acima ganham ainda mais diversidade quando se toma em consideração as diversidades dos biomas que estão sob pressão do aquecimento global e das mudanças climáticas, e dos empreendimentos de outras forças da economia. Independentemente das dimensões e expressão desses biomas todos guardam sua importância para as populações que nele habitam.



Conclusão: Desafios da formação e o papel das universidades

Diante do contexto apresentado acima, as universidades estão sendo demandadas a promover maior integração entre as diferentes iniciativas acadêmicas de extensão rural com aquelas desenvolvidas por outros atores sociais comprometidos com o desenvolvimento rural e a agricultura camponesa, povos e comunidades tradicionais. O processo de construção do conhecimento aliado as atividades de ensino-pesquisa-extensão universitária, deve contar com a efetiva participação desses públicos, juntamente com estudantes, pesquisadores, técnicos para que o ensino e aprendizagem, se faça em situações concretas de ação.

É preciso também aprimorar a formação de novos profissionais para contribuir na construção participativa de conhecimentos e métodos de produção, com base na agroecologia. As abordagens participativas devem envolver todos os sujeitos envolvidos, rompendo os limites que separam os lugares de produção e consumo das ciências agrárias.

As questões colocadas aqui remetem não a Universidade mas sim a uma “Pluriversidade”, onde se consideram diferentes tipos de conhecimentos (no plural), sejam eles conhecimentos científicos e eruditos ou conhecimentos não-científicos, artesanais, empíricos, populares, dos cidadãos (SANTOS, GUILHERME e DIETZ, 2016).

Referências Bibliográficas

ACTIONAID BRASIL/GT MULHERES DA ANA (ORG). **Mulheres e Agroecologia - Sistematização de experiências de mulheres agricultoras**. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, v. 1, 2010.

ALMEIDA, S. G. D. TA e Luta pela Terra. **Boletim do Projeto TA**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 2-6, jul/ago/set 1985.

ALVES, M. et al. **Caderneta agroecológica e os quintais : Sistematização da produção das mulheres rurais no Brasil**. Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM). Viçosa, p. 100. 2018.

AMARAL, L. **Historia Geral da Agricultura Brasileira: no triplice aspecto Político-Social-Econômico**. 2ª. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, v. I, 1958.

ARAÚJO, I. S. D. Mercado Simbólico: um modelo de comunicação para políticas públicas. **Interface - Comunicação, Saude e Educação**, v. 8, n. 14, p. 165-77, set 2003.

Cadernos de Agroecologia – ISSN 2236-7934 - Anais do XI Congresso Brasileiro de Agroecologia, São Cristóvão, Sergipe - v. 15, no 2, 2020.



CALLOU, A. B. F. **Extensão rural: polissemia e resistência**. IV Congresso da SOBER - Questões Agrárias, Educação no Campo e Desenvolvimento. Fortaleza: Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural. 2006. p. 23.

CAPORAL, F. R. **A Extensão Rural e os limites à prática dos extensionistas rurais do setor público**. Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria. 1991.

CAPORAL, F. R. **La extensión agraria del sector público ante los desafíos del desarrollo sostenible: el caso de Rio Grande do Sul - BRASIL**. Universidad de Córdoba, UCO, Espanha. Córdoba, p. 516. 1998. Tese de Doutorado em Agroecología, Campesinado e Historia.

CAPORAL, F. R. **Política Nacional de Ater: primeiros passos de sua implementação e alguns obstáculos e desafios a serem enfrentados**. Dater/SAF/MDA. Brasília, p. 14. 2005.

CARDOSO, E. et al. **Guia Metodológico da Caderneta Agroecológica**. FIDA. Recife, p. 38. 2019.

CONDRAF/MDA. **Por um Brasil Rural com gente: documento base para as conferencias estaduais**. Ministerio do Desenvolvimento Agrario. Brasília, p. 47. 2008. (Documento norteador da I Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário).

DATER/SAF/MDA. **Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PRONATER)**. Ministerio do Desenvolvimento Agrário. Brasília, p. 19. 2005. disponível em:

http://www.cpac.embrapa.br/publico/usuarios/uploads/nap/orientacoes/09_mda_programa_nacional_de_assistencia_tecnica_e_extensao_rural.pdf.

FERREIRA, A. P. L. **Convergencias e divergencias entre movimentos feminista e agroecológico**. Universidade de Cordoba-ES UCO. Cordoba, p. 280. 2016. Tese de Doutorado, publicada em livro.

FIGUEIREDO, M. A. B. Agroecologia e conhecimentos: um olhar sobre experiencias de povos e comunidades. In: FIGUEIREDO, M. A. B.; MATTOS, J. L. S.; FONSECA, F. D. D. **Agroecologia e Diálogo de Conhecimentos - Olhares de povos e comunidades tradicionais, movimentos sociais e academia**. Recife: UFRPE, 2017. p. 255.



FÓRUM NORDESTE. **Ações Permanentes para o Desenvolvimento do Nordeste Semi-Arido Brasileiro**. Recife: CONTAG/ASSOCENE, 1993. 40 p. (apoio CESE, FASE, OXFAM, SACTES (atual GIZ), SUDENE, CRS e Caritas Brasileira).

FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação?** 8ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, v. 24, 1983.

GONÇALVES, A. L.; SANTOS, A. C. D. **Agroecologia no Semiárido de Pernambuco - CENTRO SABIÁ: Caminhos para a construção de sistemas alimentares sustentáveis**. MISEREOR - Alemanha. Recife, p. 210. 2018. Avaliação No. 2096-Z1031-095 Versão final – Janeiro de 2018.

HOLT-GIMENEZ, E. **Campesino a Campesino: Voces de Latinoamérica - Movimiento Campesino para la agricultura sustentable**. Managua: SIMAS, 2008. 294 p. ISBN 978-99924-55-31-9.

MDA/SDT/GT-ATER. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural: Versão Final**. Ministerio do Desenvolvimento Agrário. Brasília, p. 22. 2004. (disponível em: http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/Pnater.pdf)

MEDEIROS, L. S. D. **História dos movimentos sociais no campo**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

NOBRE, M. Relações de Gênero e Agricultura Familiar. In: NOBRE, M., et al. **Gênero e Agricultura Familiar (Cadernos Sempreviva - Série Gênero, Políticas Públicas e Cidadania)**. São Paulo: SOF – Sempreviva Organização Feminista, v. 2, 1998. Disponível em: <http://www.enfoc.org.br/system/arquivos/documentos/11/f1207relaes-de-genero-e-agricultura-familiar---miriam-nobre.pdf>.

PAULINO, J. S.; GOMES, R. A. Sementes da Paixão - agroecologia e resgate da tradição. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 53, n. 3, p. 517-528, jul/set 2015. ISSN 1806-9479.

PEIXOTO, M. **A extensão privada e a privatização da extensão: uma análise da indústria de defensivos agrícolas**. CPDA/UFRRJ. Seropédica, p. 331. 2009. (630.715). Tese de Doutorado.

PLOEG, J. D. V. D. Sete teses sobre a agricultura camponesa. In: PETERSEN (ORG.), P. **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009. p. 17-32 (168).

RIVERA, W. M.; CARY, J. W. Privatizing agricultural extension. In: SWANSON, B. E.; BENTZ, R. P. **Improving agricultural extension. A reference manual**. Rome: FAO

Cadernos de Agroecologia – ISSN 2236-7934 - Anais do XI Congresso Brasileiro de Agroecologia, São Cristóvão, Sergipe - v. 15, no 2, 2020.



, 1998. Cap. 22, p. (eletronic edition). ISBN 92-5-104007-9. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/W5830E/w5830e0o.htm>>. Acesso em: jul. 2019.

SANTOS, B. D. S. Os processos de globalização. In: SANTOS, B. D. S.; (ORG) **A globalização e as ciências sociais**. 2ª. ed. São Paulo: Cortez, 2002. p. 22-102.

SANTOS, B. D. S.; GUILHERME, M.; DIETZ, G. Da universidade à pluriversidade: Reflexões sobre o presente e o futuro do ensino superior. **Revista Lusófona de Educação**, v. 31, n. 31, p. 201-212, fev. 2016. ISSN 1646-401X. Edição eletrônica disponível em <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/5376>.

SIDERSKY, P.; JALFIM, F.; ARAUJO, E. **A Estratégia de Assessoria Técnica Permanente do Projeto Dom Helder Câmara (Segunda Edição)**. Recife: Ed. PDHC, 2010.

SILVA-MANZON, M. D. Extensão rural em perspectiva sociológica (Rural Extension in Sociological Perspective). **Revista da CESLA**, Warsaw, Poland, v. 19, p. 9-31, dez. 2016. ISSN 2081-1160.